

RESENHA

LIRA, José Tavares Correia de (org.). *Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória*. São Paulo: Edusp, 2014. 416 p. (Cadernos CPC, 10)

O DEBATE NECESSÁRIO PARA UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EXISTENTE NAS UNIVERSIDADES

ALINE NASSARALLA REGINO

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

DOI: <http://dx.doi.org.br/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p187-193>

O livro *Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória*, organizado por José Tavares Correia de Lira, diretor, na época, do Centro de Preservação Cultural (CPC-USP) e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), dedica-se à reflexão sobre o patrimônio histórico existente nessa instituição, ao debate sobre os planos diretores que têm orientado as políticas de intervenção e restauro e, ainda, às propostas de preservação da riqueza material e imaterial – questões de gestão e memória.

Esse livro traz em suas páginas iniciais um debate de grande relevância para a sociedade brasileira: a necessidade de salvaguardar o patrimônio cultural no país. Não é uma questão nova, visto que remonta ao início do século XX quando foram criados os primeiros órgãos de preservação.

Durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado em 1933 o primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio brasileiro, chamado Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM). Estava diretamente vinculado ao Museu Histórico Nacional e tinha como principais metas:

[...] impedir que objetos antigos, referentes à história nacional fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades.

A primeira iniciativa da Inspetoria foi, ainda em 1934, o

decreto de tombamento da cidade de Ouro Preto, principal cidade do Ciclo do Ouro nas Minas Gerais, hoje elevada à condição de patrimônio mundial da Unesco. (MIGUEL; CORREIA, 2009, s.p.)

Simultâneo à criação da Inspetoria, Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, elaborou em 1936, por solicitação do ministro Gustavo Capanema, um anteprojeto para criação de um serviço federal de salvaguarda do patrimônio histórico. Esse anteprojeto serviu de base para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituição que foi presidida por Rodrigo Melo Franco de Andrade e que contou com o apoio de diversos intelectuais, como o arquiteto Lucio Costa.

Não se trata de empreendimento inspirado em motivos sentimentais ou românticos [...]. O que o projeto governamental tem em vista é poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositária, tem desaparecido ou se arruinado irremediavelmente, em consequência da inércia dos poderes públicos e da ignorância, da negligência e da cobiça dos particulares. [...] E, assim, se faltarem, acaso, por mais tempo, as medidas enérgicas requeridas para a preservação desses valores, não serão apenas as gerações futuras de brasileiros que nos chamarão contas pelo dano que lhes teremos causado, mas é desde logo a opinião do mundo civilizado que condenará nossa desídia criminosa. (O Jornal, RJ, 30/10/1936 apud ANDRADE, 1987, p. 48)

As universidades públicas brasileiras, propriamente ditas, também estariam inseridas naquele período, em um contexto político-intelectual muito particular. Foi o momento em que os intelectuais viram no Estado a possibilidade de aumentar sua atuação, por meio da proposta varguista de criar e proteger as esferas sociais da saúde, educação, artes, administração

e trabalho. Passaram a integrar, em sua maioria, um grupo visto como classe dominante e parte de uma ideologia social e política, especificamente, voltada para um novo modelo institucional que permitiu não só a criação de uma unidade nacional, mas também da nova sociedade brasileira. A Universidade de São Paulo, objeto de estudo desse livro, foi criada em 1934, coincidindo com o surgimento de uma nova ideologia social, política e de uma nova organização cultural. A partir desse momento, terá início, na academia, o desenvolvimento de um número crescente de pesquisas e estudos sobre a salvaguarda do patrimônio nacional, com enfoque para os bens materiais e imateriais existentes nessa instituição.

O livro divide-se em duas partes. A primeira é composta de 11 textos; estes formam um conjunto, uma coletânea de artigos escritos por arquitetos, todos especialistas, que abrange um tema de grande complexidade. Demonstram o esforço e o empenho desses profissionais para realizar um estudo aprofundado sobre a temática do patrimônio universitário, debatendo a diversidade de objetos e problemáticas de salvaguarda, assim como as ações de gestão, preservação e memória do patrimônio que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos na instituição, com diferentes graus de adequação.

Esses textos não apenas relatam e contextualizam historicamente o patrimônio arquitetônico existente na Universidade de São Paulo, nem tampouco os modos como vêm sendo preservado (ou não) pela instituição e os seus níveis de tombamento pelos órgãos responsáveis. Buscam, de maneira uníssona, contribuir para a

[...] ampliação do repertório de ações possíveis, o conhecimento dos processos empreendidos e a discussão dos obstáculos reais para a preservação do importante patrimônio que a USP é detentora e tem a responsabilidade e o privilégio de zelar. (LIRA, 2014, p. 34).

O artigo escrito por José Tavares Correia de Lira enfoca o patrimônio edificado como patrimônio universitário, especificamente sua salvaguarda junto aos órgãos oficiais e à própria universidade. Inicia seu texto ressaltando a pouca representatividade que esses edifícios e *campi* universitários têm entre os bens privilegiados em políticas oficiais de preservação.

[...] as universidades continuam pouco representadas nas listas e livros nacionais e internacionais de patrimônio cultural. Em detrimento do papel que elas vêm desempenhando no último século na produção de conhecimento especializado, na formação de quadros técnicos e dirigentes, no estabelecimento de projetos e redes de intercâmbios e cooperação, na avaliação, investigação e formulação de políticas e ações de salvaguarda, conservação e restauro.

No Brasil, sua baixa representatividade entre os bens materiais do patrimônio nacional talvez em parte esteja relacionada à história ainda muito recente das universidades. (LIRA, op. cit., p. 17)

Destaca, também, a fragilidade que ainda existe acerca da elaboração de um conceito próprio sobre a definição de Patrimônio Universitário, especialmente dentro das instituições possuidoras desses bens. Resgata a criação do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), antiga Comissão do Patrimônio Cultural, 1987. Explica a importância deste órgão dentro da instituição para a identificação, proteção e valorização não somente dos edifícios históricos existentes nos diversos *campi* da USP, mas também de seus acervos e arquivos, bens culturais móveis e a própria memória da produção acadêmica da universidade.

Cada um dos artigos trata de um tema específico vinculado ao patrimônio existente na Universidade de São Paulo. Os temas abordados são os mais diversos, desde a “Construção e a preservação da Cidade Universitária”, artigo escrito pela arquiteta Neyde Joppert Cabral, até artigo sobre a “Natureza e a paisagem no jardim da Casa de Dona Yayá”, de Vladimir Bartolini. É interessante notar a pesquisa histórica empreendida por cada arquiteto-autor para a realização de seu projeto de intervenção ou idealização ao considerar a questão patrimonial no bem existente na universidade.

O artigo escrito por Silvia Wolff, arquiteta da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (UPPH-Condephaat), agrega valor à publicação ao manifestar um outro ponto de vista, isto é, através do olhar

dos órgãos oficiais de preservação do patrimônio histórico. Tem como objetivo principal alertar para o risco que o adensamento excessivo de alguns locais pode acarretar. Sugere, ainda, que “sejam detalhadas as necessidades de expansão de cada unidade para uma distribuição conjunta pelo espaço do campus num plano em médio e longo prazo” (WOLFF, 2014, p. 48). Para enfatizar a problemática do tombamento de conjuntos edificados, Wolff utiliza quatro experiências de salvaguarda: os *campi* de Ribeirão Preto e Piracicaba, o conjunto dos edifícios da Escola Politécnica e o chamado “Quadrilátero da Saúde”, que tem como centro a Faculdade de Medicina.

O edifício-sede da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo é tema de outro artigo, escrito pelos arquitetos Helena Aparecida Ayoub Silva, Julio Roberto Katinsky e Sabrina Studart Fontenele Costa. Estes profissionais coordenaram, em parceria com as arquitetas Thereza Katinszky de Katina e Pielesz e Mayra Aquino Ferreira e o desenhista industrial Dailson Alves, as ações de restauro que ocorreram em 2004 naquele edifício. Construído na década de 1930, sua arquitetura apresenta-se como referência significativa para os demais edifícios do período; é austero e sóbrio no que se refere aos elementos decorativos. Possui, no entanto, grande significado institucional, é um referencial simbólico que existe e resiste na memória coletiva de todos os docentes, discentes e funcionários.

Difere-se, portanto, de outros casos existentes na USP. É um espaço onde o grande envolvimento de profissionais na preservação da sua história e memória possibilitou um processo peculiar de salvaguarda do patrimônio. Para viabilizar esse processo, optou-se pela realização de concurso público direcionado à elaboração de um plano diretor global que articulasse e organizasse os diversos espaços (internos e externos) e usos da instituição, além do desenvolvimento de um minucioso projeto de restauração do edifício-sede.

Passados quase dez anos desde o início das ações de intervenção no conjunto médico histórico – seja pela implantação do Plano Diretor ou das ações de restauro –, apresenta-se uma mudança de mentalidade na maneira de lidar com o bem construído. **Adaptações improvisadas e implantações sem critérios espaciais não são incentivadas ou toleradas pelos usuários do edifício. Buscam-se, essencialmente, ações que**

respeitem valores existentes do bem patrimonial. (SILVA; KATINSKY; COSTA, 2014, p. 114, grifo nosso)

A segunda parte dessa coletânea de artigos se completa com a publicação de um guia intitulado “O Acervo da SEF relativo ao Patrimônio Construído da USP”. O artigo introdutório, realizado por Cibele Monteiro da Silva e Sabrina Studart Fontenele Costa, foi cuidadosamente elaborado, apresentando informações de grande valia referentes às transformações por que passou o conjunto de edifícios da USP, de reconhecido valor histórico, arquitetônico e cultural, ao longo das últimas décadas.

A SEF apresenta em seu acervo um conjunto de projetos que, executados ou não, representam a história da universidade e de suas construções. Acredita-se que se debruçar sobre essas ideias e projetos é uma oportunidade de avaliar os caminhos percorridos pela universidade ao longo de mais de seis décadas nos campi de São Paulo e do interior. (SILVA; COSTA, 2014, p. 297)

Apresentam todo o processo e a metodologia desenvolvida para a elaboração do inventário das fontes projetuais relativas aos bens tombados ou em processo de tombamento junto ao acervo documental da Superintendência do Espaço Físico da Universidade de São Paulo (SEF-USP). O trabalho de catalogação e análise das fontes disponíveis contribui para o mapeamento do acervo de plantas em seus referentes projetuais, características gráficas, circunstâncias de produção e condições de conservação.

O capítulo final apresenta o Guia, resultado de uma extensa pesquisa realizada pela equipe do CPC-USP no acervo de projetos da SEF-USP. Neste inventário evidencia-se todo trabalho de catalogação, análise das fontes projetuais, características gráficas, circunstâncias de produção e condições de conservação.

Acredita-se que o objetivo da organização de um acervo é proporcionar à produção científica, constituindo-se, por isso, de uma etapa imprescindível para que haja pesquisas e, assim, descobertas ou difusão do conhecimento. A publicação de instrumentos de pesquisas é fundamental para o conhecimento e divulgação do acervo. Uma iniciativa como a publicação do

inventário de bens tombados e/ou em processo de tombamento pertencentes à Universidade de São Paulo contribuirá para a geração de novos estudos, trabalhos acadêmicos e, principalmente, para a preservação e restauro do patrimônio edificado da instituição

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

LIRA, José Tavares Correia de. Patrimônio edificado como patrimônio universitário: o CPC e a USP. In: LIRA, José Tavares Correia de (Org.). *Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória*. São Paulo: Edusp, 2014. p. 16-39. (Cadernos CPC, 10)

MIGUEL, Nadya Maria Deps; CORREIA, Maria Rosa dos Santos. Os intelectuais no IPHAN e no IBGE na Era Vargas. V *ENECULT – Quinto Encontro Multidisciplinares em Cultura*, Faculdade de Comunicação – UFBA. Salvador, Bahia, 2009. Não paginado. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19141.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

SILVA, Cibele Monteiro da; COSTA, Sabrina Studart Fontenele. Para um inventário dos edifícios tombados ou em processo de tombamento da USP no acervo da SEF. In: LIRA, José Tavares Correia de (Org.). *Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória*. São Paulo: Edusp, 2014. p. 296-306. (Cadernos CPC, 10)

SILVA, Helena Aparecida Ayoub; KATINSKY, Julio Roberto; COSTA, Sabrina Studart Fontenele. O edifício da Faculdade de Medicina: construção, adaptação e restauro. In: LIRA, José Tavares Correia de (Org.). *Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória*. São Paulo: Edusp, 2014. p. 94-115. (Cadernos CPC, 10)

WOLFF, Silvia. Reconhecimento oficial de conjuntos edificados da USP: da seleção à preservação efetiva. In: LIRA, José Tavares Correia de (Org.). *Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória*. São Paulo: Edusp, 2014. p. 40-63.

RECEBIDO EM: 04/05/2015

APROVADO EM: 07/05/2015

ALINE NASSARALLA REGINO

Formada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (2003). Mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (2006). Doutora na área de Projeto da Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2011). Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. E-mail: alineregino@terra.com.br.